

Relatório

01

Maio 2021



Para Além da ‘Terra Arrasada’:

Como desenvolver uma agenda propositiva contra os crimes ambientais no Brasil?

Relatório do Webinar “Para Além da Terra Arrasada: Como desenvolver uma agenda propositiva contra os crimes ambientais no Brasil?”

A ecologia de atores que lutam pela prevenção e o combate aos crimes ambientais no Brasil passa por um processo de pulverização. Ao mesmo tempo que o país é palco de taxas recordes de desmatamento e queimadas, o governo federal promove o desmonte das instituições encarregadas da proteção ambiental.

Além de sucessivos cortes orçamentários e a redução de pessoal, há frequentes tentativas de deslegitimação dos dados e análises científicas e a excessiva nomeação, para cargos de médio e alto escalão, de servidores que não possuem conhecimento técnico na área ambiental. As declarações públicas de autoridades a favor do relaxamento da fiscalização e a falta de cobrança de multas por violações ambientais também incentivam a impunidade para a prática de crimes ambientais.

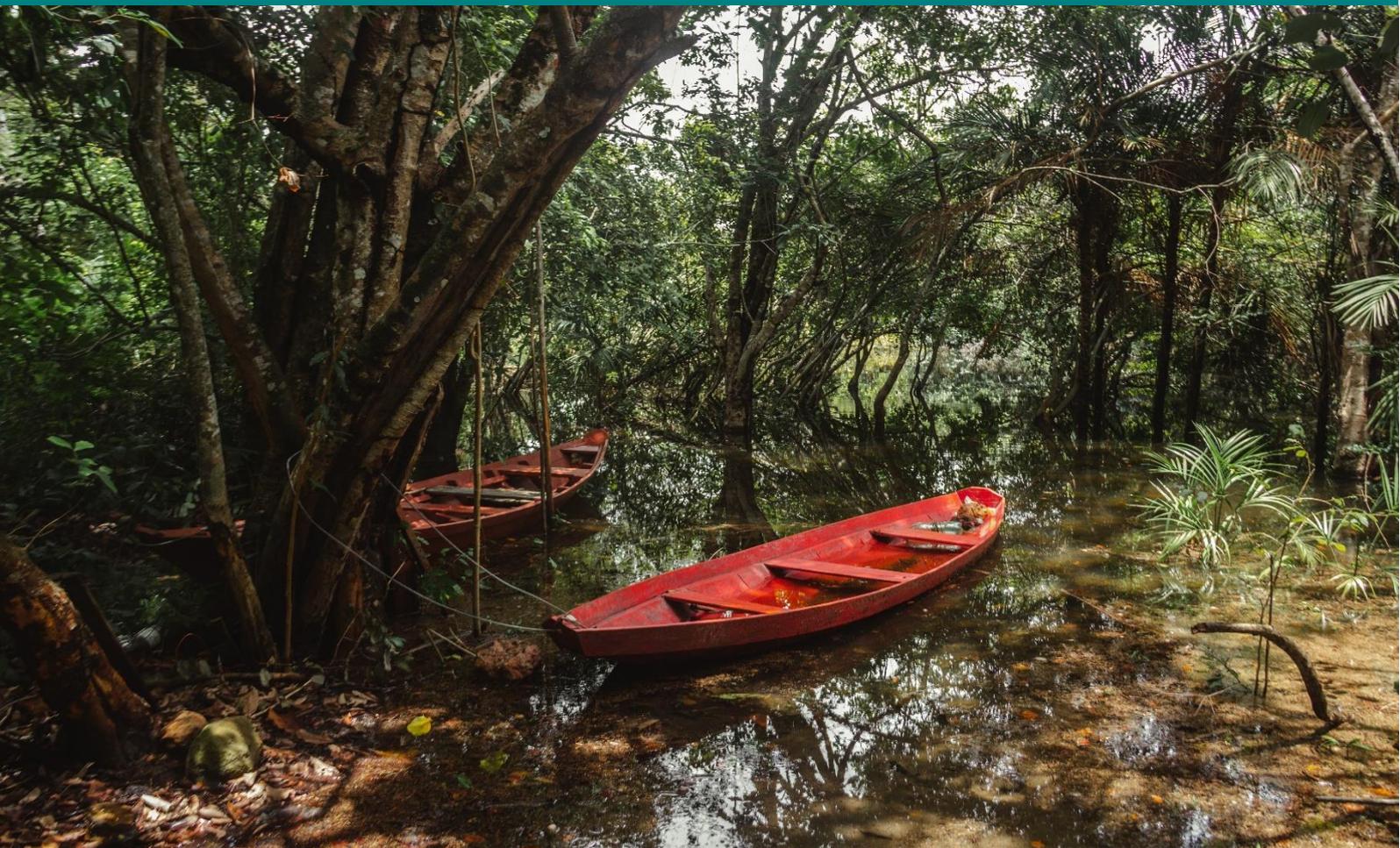
Diante deste contexto, no dia 13 de abril de 2021, a Plataforma CIPÓ promoveu o Webinar “Para Além da Terra Arrasada: Como desenvolver uma agenda propositiva contra os crimes ambientais no Brasil?”. O evento reuniu representantes da sociedade civil para debater possíveis estratégias de fortalecimento

da resiliência dos órgãos ambientais brasileiros face ao processo de desmantelamento de tais órgãos promovidos pelo governo federal.

Este relatório apresenta as intervenções dos seis palestrantes do evento em reação a perguntas formuladas pela Plataforma CIPÓ.

A primeira mesa, intitulada “Para além do Estado: Prioridades imediatas no combate e prevenção dos crimes ambientais no Brasil”, buscou identificar o que pode ser feito pela sociedade civil, em parceria com atores do setor privado e financeiro e da comunidade internacional para, no curto prazo, frear as políticas de desmantelamento dos órgãos ambientais sendo promovidas pelo governo federal.

A segunda mesa, “Reconstruindo com melhorias: o futuro da governança climática brasileira”, refletiu sobre potenciais medidas a serem adotadas pelos atores relevantes para permitir que, no médio-longo prazo, a governança climática e ambiental do Brasil possa ser reconstruída com melhorias.



Luísa Falcão/Plataforma CIPÓ

Abertura

Adriana Abdenur: Em nome da Plataforma CIPÓ, agradecemos a todas e todos pela presença e sejam bem-vindos. Sou Adriana Erthal Abdenur, Diretora Executiva da Plataforma CIPÓ. A Plataforma CIPÓ é um novo instituto de pesquisa independente, dedicado a temas de clima, governança e paz na América Latina e no Caribe e, mais amplamente, no Sul Global. Os esforços da CIPÓ são pensados de forma a apoiar o trabalho de governos locais e nacionais, organizações internacionais, entidades da sociedade civil e do setor privado a desenvolver respostas eficazes aos desafios do Antropoceno. Atualmente nós temos uma equipe que se encontra em três biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica-- além do Reino Unido e Alemanha. Organizamos este evento como parte de uma iniciativa mais ampla sobre crimes ambientais, através do qual

buscamos apoiar atores do setor público, sociedade civil e setor privado no combate e prevenção dos crimes ambientais no Brasil, com ênfase na Amazônia e no Cerrado. Sabemos que a enorme ecologia de atores que lutam pela prevenção e o combate aos crimes ambientais no Brasil passa por um processo de pulverização. A visão da floresta como empecilho ao desenvolvimento e o incentivo a um modelo econômico que estimula o uso predatório dos recursos naturais sem incorporar a preservação do meio ambiente e a ação climática agravam gargalos muito antigos enfrentados por órgãos ambientais, tais como a escassez de recursos e pessoal alocados à região Norte do país. Dado esse contexto, até que ponto, e como, é possível construir uma agenda propositiva para combater e prevenir os crimes ambientais no Brasil?

A Plataforma CIPÓ convida para o webinar

Para Além da Terra Arrasada:

PLATAFORMA
CIPÓ

Como desenvolver uma agenda propositiva contra os crimes ambientais no Brasil?

MESA 1: Para além do Estado: Prioridades imediatas no combate e prevenção dos crimes ambientais no Brasil

Moderada por:



Gabrielle Alves
CIPÓ



Adriana Ramos
Instituto Socioambiental



Suely Araújo
Observatório do Clima



Tatiana Roque
UFRJ

MESA 2: Reconstruindo com melhorias: o futuro da governança climática brasileira

Moderada por:



Malara Folly
CIPÓ



Caio Borges
Instituto Clima & Sociedade



Danicley de Aguiar
Greenpeace Brasil



Natalie Unterstell
Instituto Talanoa

DIA 13 DE ABRIL, DAS 10H ÀS 12H, VIA [YOUTUBE.COM/C/PLATAFORMACIPO](https://www.youtube.com/c/PLATAFORMACIPO)

Moderação: Gabrielle Alves, Pesquisadora Júnior da Plataforma CIPÓ;

Palestrantes:

- Adriana Ramos, coordenadora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental;
- Suely Araújo, especialista sênior em Políticas Públicas do Observatório do Clima, ex-presidente do IBAMA;
- Tatiana Roque, filósofa e matemática, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Quais deveriam ser as ações prioritárias a serem adotadas pela sociedade civil para tentar frear, mesmo que parcialmente, o desmantelamento dos órgãos ambientais brasileiros?

Adriana Ramos: Acho que essa é uma pergunta realmente difícil porque é muito complicado que a sociedade civil consiga dar conta da forma como esse desmonte vem acontecendo. É um desafio imenso para gente nesse momento, mas eu diria que antes de mais nada a gente precisa fortalecer as estratégias de ação da sociedade que se utilizam e valorizam os instrumentos da gestão ambiental que estão garantidos na legislação. Então, acho que o desmonte está acontecendo, assim como foi anunciado, como uma “boiada” infralegal. Então, os instrumentos que estão na legislação apesar das ameaças que também estão no legislativo, ele tem mais chance de sobreviver a esse desmonte. Então, valorizar e trabalhar com esses instrumentos legais para que eles sigam norteando as ações em campo e estejam ainda em funcionamento, valorizados, para quando esse processo acabar. Porque vai passar, a gente tem essa esperança. Então, precisamos valorizar o que está na lei e denunciar as mudanças legais que estão sendo propostas para tentar tornar legal o que hoje é ilegal. Se o Brasil avançou com um marco regulatório ambiental consistente reconhecido internacionalmente tem a ver com aquilo que foi estabelecido como possível e o impossível pela lei e a gente não pode deixar isso mudar. Então, acho que, na medida do possível, não podemos abandonar esses instrumentos, especialmente as comunidades e organizações locais e as organizações que trabalham com as comunidades locais. É preciso fortalecer a ação desses grupos locais na gestão dos seus territórios, fazer aquilo que está ao nosso alcance. E, nesse sentido, acho que um bom exemplo de um trabalho que nós do Instituto Socioambiental (ISA) temos feito são as iniciativas de monitoramento e denúncia de crimes ambientais por parte da sociedade civil. É preciso fortalecer esses mecanismos através dos quais a sociedade dá visibilidade e denuncia, fortalecendo os mecanismos de controle. Além disso, acho que parte do processo de resistência está na nossa mobilização junto ao legislativo ou aos legislativos, inclusive estaduais, para não permitir que mudanças

normativas aconteçam. Acho que isso é fundamental. A gente vê pelas leis federais, que estão sob ataque no Congresso Nacional, a importância de se favorecer o esforço de não permitir que essas mudanças aconteçam. Nesse sentido, a atuação do judiciário é muito importante. O judiciário, apesar de tudo, ainda tem sido um espaço importante de disputas que tem dado sinalizações interessantes no sentido de garantir a manutenção de uma base legal mais consistente. Então, eu vejo que esse desafio, que é muito grande, ele deveria ser encarado dessa maneira; quer dizer continuar fazendo a nossa parte em campo, fortalecendo os instrumentos existentes, mobilizando a sociedade e comunicando os abusos.

Gabrielle Alves: Obrigada, de fato, o contexto atual é desafiador e muito importante a valorização dos instrumentos legais e nosso papel de denúncia dessas ações que possibilitam a “passagem da boiada.”

O que pode ser feito para potencializar a atuação de atores subnacionais, incluindo estados e municípios, na proteção ambiental e na ação climática? Nesse contexto, como você enxerga os esforços para criação do Fundo da Amazônia Oriental (FAO) pelo governo do estado do Pará?

Adriana Ramos: Olha eu acho que nosso papel é de valorizar e fortalecer a participação e o controle social, em todos os níveis, inclusive nas iniciativas de estados e municípios. Também é de fortalecer a manutenção das estruturas de gestão que são participativas e trabalhar numa lógica de controle social chegando mais próximo das ações públicas. Isso porque, essa é uma dinâmica fundamental para que as políticas estaduais e municipais ganhem mais relevância, no contexto em que a gente tem o nível federal com uma estratégia de desmonte claro. E essa questão da participação e do controle ela vai ser fundamental até para que iniciativas como o Fundo da Amazônia Oriental ganhem intensidade. Então, eu acho que é positivo que os estados estejam se mobilizando e estejam se colocando nesse debate. Eu acho que, particularmente, o Fundo da Amazônia Oriental poderia ter sido melhor estruturado do ponto de vista da participação social. Eu acho que a iniciativa é

positiva, mas houve uma sub-valorização da participação social e acho que isso pode ensejar limitações para a própria captação de recursos. Há um reconhecimento evidente da comunidade internacional e dos doadores nessa área socioambiental, e em especial da questão climática, de que a participação e o controle social são elementos-chave para a gestão de recursos nessa área. Então eu acho que no caso do fundo da Amazônia Oriental, eu até fui convidada para participar agora da comissão que vai analisar a escolha da entidade gestora do Fundo. E nós temos inclusive conversado sobre isso, quer dizer, é possível que o Fundo tenha que fazer adaptações, melhorar essa questão da governança da participação social para poder fazer jus à recursos internacionais. Porque não vai ser fácil convencer os doadores de botar doações em ações em que a decisão esteja majoritariamente na mão dos governos sem ter um diálogo mais aberto mais amplo com a sociedade. Eu acho que esse é o elemento central: é preciso mobilização social para fazer pressão e controle social sobre as políticas de estados e municípios, para que elas se fortaleçam e ganhem efetividade para fazer frente a esse desmonte que a gente tá vendo.

Gabrielle Alves: Obrigada novamente, o que temos visto é justamente esse sucateamento dessas instituições participativas. O Fundo da Amazônia Oriental teve essa sub-valorização da participação civil, que é necessária justamente para que a gente estabeleça essa confiança internacional.

Com a paralisia do Fundo Amazônia, quais as perspectivas de cooperação, no curto prazo, com atores internacionais (governamentais e não governamentais) na tentativa de reduzir os índices de desmatamento no Brasil?

Adriana Ramos: O caso do Fundo Amazônia é muito emblemático, porque ele foi o sinal mais evidente e consistente que o governo deu para a comunidade internacional, de que ele não tem nenhuma vontade ou interesse de mudar a sua posição ou de manter qualquer política cujo foco seja a redução do desmatamento. Principalmente quando isso passa por reconhecer o papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais nessas estratégias. Foi isso que fez o governo paralisar o Fundo Amazônia. Mas é um caso emblemático, porque o governo não decidiu que ele ia fechar o fundo Amazônia, e pronto. Ele não sinalizou isso objetivamente para todos. O governo achou que usando uma certa retórica de mudanças, críticas difusas, inclusive com denúncias vazias e totalmente infundadas sobre gestão de recursos pelas ONGs, ele conseguiria enrolar a cooperação internacional, sempre dizendo que ia apresentar uma proposta e nunca apresentando. Então, nesse sentido não só o governo fechou o fundo

Amazônia com ele dinamitou a credibilidade do Brasil junto a doadores internacionais nessa área. Ele desgastou a relação do Brasil com a diplomacia internacional mais voltada para o financiamento climático, notadamente os governos da Noruega e da Alemanha, mas também com todos os outros. Isso minou a credibilidade do país e também faz com que qualquer processo de discussão de novas doações de cooperação internacional passe agora por uma tentativa, uma necessidade de ver uma mudança da postura do governo. É um pouco o que a gente está vendo em relação a esse possível acordo climático que o governo brasileiro estaria negociando com o governo americano. A gente sabe que o governo americano tem um interesse de no dia 22 de abril de 2021, de anunciar uma reentrada dos Estados Unidos na agenda climática global, por meio de um plano ambicioso de redução de emissões do próprio Estados Unidos e associando isso, obviamente, a um trabalho de cooperação. Porque a própria redução de emissões é muito difícil de ser alcançada se ela não tiver dentro de esquemas internacionais de governança, de compensação de investimentos em outras áreas. Só que nesse momento, o governo brasileiro é precisaria dar alguma demonstração mais concreta de uma mudança significativa na sua política para que qualquer acordo como esse tenha alguma credibilidade. Porque não vai ser bom, nem para o Brasil, ter um anúncio que reforce as políticas atuais, porque elas vão na contramão do combate ao desmatamento. Assim como não é positivo para os Estados Unidos, que almeja se colocar como liderança climática global, fechar um acordo com um país que não consegue controlar o índice de desmatamento e que dialoga diretamente com os atores sociais que promovem as atividades ilegais que aumentam esse desmatamento. Lembrando que nos dois últimos anos os índices de desmatamento de áreas protegidas, terras indígenas, aqueles que são inquestionavelmente ilegais, cresceram absurdamente por conta da leniência e cumplicidade do governo com os agentes que promovem as invasões e promovem o desmatamento, principalmente os garimpeiros e madeireiros ilegais. Há inúmeros registros dessa associação do governo com esses setores. Então, hoje é uma situação muito complicada imaginar que o Brasil pode ser receptor de recursos para fortalecer essa política. A gente objetivamente espera que isso não aconteça e que essas possíveis cooperações sirvam para forçar o governo brasileiro a se colocar numa rota de realmente tomar as ações políticas importantes para redução do desmatamento. É um desafio, porque a gente precisa de recursos, mas pelo exemplo do fundo Amazônia a gente sabe que não é falta de dinheiro o problema do governo brasileiro.

Gabrielle Alves: Obrigada Adriana, nossa imagem internacional está muito comprometida com a postura

do atual governo e sabemos da importância dessa imagem para mais investimentos e a confiança com o próprio mercado consumidor que repudia o consumo de produtos advindos de áreas desmatadas.

O que pode ser feito pela sociedade civil, em parceria com demais atores e setores interessados, para tentar frear o avanço no Congresso Nacional de projetos de lei com provisões contrárias à proteção ambiental, tais como aqueles relacionados à regulamentação da mineração em terras indígenas, à flexibilização das regras de regularização fundiária e ao novo marco regulatório do licenciamento ambiental?

Suely Araújo: Com relação à nossa mobilização em torno das propostas legislativas. Nós estamos tentando atuar de uma forma mais integrada do que usualmente a gente fazia. Normalmente você pega cada processo legislativo e vai acompanhando, fazendo sugestões, e dessa vez o esforço tem sido de garantir um tratamento mais integrado pro esforço de *advocacy*. Porque na verdade isso vem de uma pressão geral do governo em termos de flexibilização da legislação ambiental. Então, nós conseguimos nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro, em termos de Congresso Nacional, nós conseguimos barrar os retrocessos. Mas o quadro político agora está totalmente diferente, muito mais complicado, com apoio dos presidentes da Câmara e do Senado a entrada em pauta de matérias que são inadmissíveis de você pensar que elas possam ser votadas em época de pandemia. Por exemplo, o Projeto da Lei Geral de Licenciamento Ambiental, você trabalha praticamente com todo o PIB nacional sendo influenciado pelo conteúdo dessa futura lei. E o relator já está nomeado, é um relator da área do agronegócio que não é exatamente um tema que tem conexão com a área ambiental mais forte. O que quer dizer que ele não é especialista e ninguém sabe o que ele está produzindo. E esse é um projeto de lei que vai afetar toda economia do país e toda a população do país. Então, a movimentação maior tem sido no sentido de tentar afastar isso da pauta. Essa tem sido a posição majoritária das entidades da sociedade civil. Isso sem descuidar, para que se esse processo ou outros entrem em pauta, a gente tenha propostas concretas de como corrigir, mas o primeiro esforço é o de não admitir a própria votação. Em todos os três casos que você citou o sinal é de retrocesso, então nós temos que mobilizar mais do que os nossos parceiros tradicionais, os parlamentares da frente ambientalista. A gente tem também que atingir a parte do setor produtivo que tem preocupações ambientais, eles têm que estar conosco nesse esforço. E atingir, via mídias sociais, o maior número possível de pessoas. É preciso simplificar a linguagem para isso, Gabrielle, muitas vezes nossas campanhas são técnicas demais. Está na hora de simplificar a linguagem, ampliar

parcerias e não deixar isso votar, todos os três casos que você citou se isso for a voto a tendência é os ambientalistas perderem. Perderem no sentido de serem efetivados retrocessos. Estamos num esforço danado, diário, em relação a tudo isso. E se for aprovado, em qualquer um dos três casos, ou outras legislações também na linha de retrocessos ambientais, com certeza vamos nos direcionar para a judicialização. Temos atuado cada vez mais na esfera judicial, em parceria com partidos políticos, e em parceria com organizações não governamentais que optam por litigar diretamente. Então, se esses retrocessos passarem o caminho vai ser o Judiciário.

Gabrielle Alves: Obrigada Suely, e realmente, nesse contexto de pandemia, o *advocacy* está tendo que se adaptar aos novos desafios da deliberação remota. Não só o *advocacy*, mas o ativismo, como você mencionou, a importância do Twitter e de outras redes sociais na pressão desses parlamentares para impedir que essas pautas avancem.

No curto prazo, quais são as principais janelas de oportunidade para engajar os setores privados e financeiros na preservação do meio ambiente? Nesse contexto, como você avalia o programa "Adote um Parque" lançado recentemente pelo governo federal?

Suely Araújo: Bom, em princípio eu sou favorável a maior participação do setor privado contribuindo para a política ambiental, ninguém é contra isso. Mas esse tipo de iniciativa tem que ocorrer seguindo as diretrizes de políticas públicas, diretrizes estruturadas, feitas pelos órgãos governamentais e feitas com a participação da sociedade. Esse não é o caso do programa Adote um Parque. Vários países têm programas de adoção, mas são sempre programas complementares à política de gestão de unidades de conservação. Esse programa está sendo feito de uma forma, na verdade, com um regulamento mal explicado, mal escrito, ninguém entende como esses recursos vão ser direcionados na prática. O decreto para criação do programa fala em bens e serviços, não fala em transferências de recursos financeiros. Quando o Ministério vai fazer divulgação, fala como se fosse fazer transferência direta de recursos financeiros, mas não explica como vai ocorrer. A seleção das unidades de conservação financiadas não tem critérios. O que parece para quem olha de fora é que as empresas estão escolhendo aquelas unidades onde elas vão empregar menos recursos; ou seja, as menores unidades, o que significa menos dinheiro, menor volume de dinheiro possível para garantir o maior *greenwashing* possível. O que são 4 ou 5 milhões para um grupo como o Carrefour? — e olha a propaganda que eles já começam a fazer em relação ao programa. E é interessante falar que eles estão descumprindo o

decreto já de início, porque na verdade, no caso do Carrefour, nem tinha decreto e eles já tinham anunciado a adoção por meio de protocolos de intenção. Não está claro no edital o que está acontecendo na prática. Em síntese, Gabrielle, eu não sou contra programas de adoção, mas eles não substituem a política de gestão de áreas protegidas. O Instituto Chico Mendes gerencia 9.3% do território brasileiro e mais de 20% das águas jurisdicionais brasileiras. A gente não vai resolver isso com o programa Adote um Parque, de forma alguma. Até porque é programa que conversa pouco com as diferentes categorias de Unidade de Conservação. Então como exatamente, por exemplo, você vai passar recursos para uma reserva extrativista onde a comunidade é que tem que ter liderança sobre o que vai ser feito naquela área protegida? Então nada disso está claro, o que me parece é que é um programa desenhado por quem não entende sobre gestão de áreas protegidas. E o pior é que o governo, já que tem o Adote Um Parque, reduziu para 1 / 4 do necessário os recursos orçamentários da principal ação orçamentária do instituto Chico Mendes. O governo condenou o instituto Chico Mendes a morrer por inanição esse ano. Ele não vai conseguir gerenciar as unidades. Então, esse tipo de iniciativa realmente está me preocupando, mas em princípio eu realmente não sou contra a entrada de recursos privados, só que deve ser tudo complementar e coordenado com uma lógica de política pública, não uma coisa aleatória para beneficiar grupos empresariais amigos. Porque, na minha leitura pessoal, é isso o que está acontecendo. É bastante preocupante. É até difícil ir contra o programa porque seria ir contra bancar dinheiro para unidade de conservação. Contudo, nesses moldes eu sou contra, eu acho que o governo ele tá fazendo esse tipo de iniciativa de forma irresponsável e com isso até deslegitimando a eventual entrada de recursos privados, o que é ruim. Porque isso vai atrapalhar iniciativas corretas e mais estruturadas. A questão do instituto Chico Mendes e suas tarefas, acho que é o pior que está acontecendo. Eu sou muito ligada ao IBAMA, mas ando falando muito do instituto Chico Mendes ultimamente. Porque o governo está desmontando, acho que a finalidade é realmente acabar com o ICMBio e voltar a unir Ibama e ICMBio e isso vai ser péssimo para as duas autarquias. A tendência é a paralisação total e eu acho que é esse o projeto do governo. É paralisar mesmo.

Gabrielle Alves: Obrigada Suely, quanto ao Adote um Parque, é um programa realmente problemático, pouco transparente, com baixa participação da sociedade civil, ainda mais porque já existia o tão bem sucedido Áreas Protegidas da Amazônia, que foi suspenso esse ano. Gostei do seu destaque ao *greenwashing* de empresas como o Carrefour, qual é o objetivo real desse financiamento né?

Em pelo menos duas ocasiões, servidores do IBAMA manifestaram-se publicamente, através de carta aberta e manifestação técnica, alertando para o colapso da gestão ambiental federal e propondo medidas necessárias ao combate aos crimes ambientais. Existem medidas a serem adotadas para apoiar o trabalho desses servidores e facilitar a implementação de suas demandas?

Suely Araújo: A fiscalização ambiental, principalmente, está muito desestruturada e mais do que isso, está deslegitimada. O governo atual, desde o início, assumiu uma narrativa de crítica principalmente à fiscalização. Uma crítica a suposta “indústria de multas”. Quando as operações maiores ocorrem, já aconteceu de os líderes no Ibama perderem os cargos de coordenação, porque uma operação foi bem sucedida. Então os servidores estão trabalhando com muita pressão, praticamente assediadas, eu pessoalmente acho que a primeira medida é o governo mudar essa postura e parar de criticar os fiscais ambientais que independentemente do governo de plantão, estão lá para fazer o trabalho deles. Independentemente da ideologia de cada um deles, eu costumo dizer que a ideologia que mais prevalece com fiscais é a da floresta em pé, água limpa e rio limpo. Então, são servidores do Estado e têm que ser valorizados pelo esforço que empreendem todos os dias, arriscando a vida com salário que não condiz com o risco que eles estão assumindo todos os dias. Então a primeira coisa que eu acho necessária, é a reversão da narrativa do governo com críticas a todo esse trabalho. O outro ponto, tanto o Ibama quanto o ICMBio, precisam urgentemente de reposição de pessoal. Eu fui presidente do Ibama até dezembro de 2018/começo de janeiro de 2019 e eu costumava falar assim: “eu não quero mais recurso, eu quero gente”, porque se entrar mais recurso, a gente não consegue usar, porque o déficit pessoal é muito grande. Nem que seja emergencial, tem que haver, e esse pessoal tem que ser treinado, não adianta militarizar e querer botar policiais militares, homens do Exército na Amazônia para tratar de tudo isso. A solução não é militarizar, os militares não têm *expertise* para esse tipo de operação de fiscalização, que envolvem muito treinamento técnico, muito trabalho prévio em escritório com análise de imagens, com cruzamento de dados públicos, e o pessoal não tem noção do que é uma operação de fiscalização ambiental. Não tem a mínima noção. Eu costumo dizer que é como você pegar alguém que foi treinado para pilotar um avião da Aeronáutica e botar pra guiar um navio da marinha, é isso que eles estão tentando fazer quando botam militares na Amazônia. Colocam gente despreparada e que não deveria estar nesse tipo de função. O caminho não é botar um monte de gente, a Amazônia é grande demais, e a fiscalização envolve todo o país. O caminho é usar inteligência e muito preparo técnico e prévio, antes de

fazer qualquer operação de fiscalização ambiental. E eles sabem fazer, eu costumo falar assim é tipo hashtag mesmo #Deixaolbamatrabalhar #DeixaolCMBioTrabalhar. Se não atrapalhar eles conseguem fazer o trabalho deles. É realmente, no mínimo, não atrapalhar e aí eu acho que as coisas vão melhorar e a gente vai conseguir voltar a ter algum controle nas táticas de desmatamento, na parte de garimpos ilegais, que no governo Bolsonaro está em um patamar inaceitável, crescendo muito, estou bastante preocupada com isso. Porque quando você tem um desmate de uma forma ou de outra demora, mas a floresta consegue se recuperar. Agora o garimpo, ele fica com aquela cicatriz para sempre, é praticamente impossível reverter tudo aquilo, e o garimpo ilegal, inclusive em áreas protegidas, em terras indígenas, está explodindo no governo Bolsonaro. Então, realmente a situação está muito grave e eu acho que para ajudar a fiscalização o melhor mesmo é o governo atual deixar de atrapalhar.

Gabrielle Alves: Obrigada Suely, é essencial a reversão da narrativa do governo que promove e reforça o sucateamento dos servidores e atrapalha o seu trabalho, e também há necessidade de valorização e reposição do pessoal. Recebi uma atualização que o governo voltou atrás quanto à paralisação do ARPA, provavelmente resultado da pressão feita nos últimos dias.

Diante do atual contexto de pulverização da ecologia de atores relevantes ao combate e prevenção dos crimes ambientais no Brasil, quais as principais/potenciais contribuições das universidades para frear e/ou reverter este cenário? Que tipos de articulação política são possíveis no contexto atual?

Tatiana Roque: Na verdade, na universidade, daí eu falo que a partir desse lugar, a gente está tentando criar uma estrutura para relacionar de uma forma mais íntima o conhecimento científico que existe na universidade e o público em geral. Eu coordeno o fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, um órgão estratégico da UFRJ para fazer essa ponte entre a universidade e a sociedade, e isso se tornou, na minha opinião, mais estratégico do que nunca, em particular na luta ambiental e climática. A gente sabe que a ciência tem sido uma moeda, tanto uma moeda a favor, quanto ultimamente, uma moeda jogada contra essas causas, pela desinformação, pelos ataques à ciência etc. Então nesse contexto, a gente acha que é importante repensar essas relações entre ciência e sociedade, entre ciência e política. E todos os ataques dos quais se falou muito aqui, que são realmente gravíssimos, aterrorizantes a esses órgãos ambientais, que são órgãos intermediários entre o conhecimento que se tem a respeito das questões ambientais e as políticas. Todos esses ataques eu acho que podem ser

inscritos numa crise um pouco mais ampla do que somente aquela que diz respeito a esse governo completamente negacionista e que procura destruir todas as políticas que a gente já tinha implementadas no Brasil. Então o papel da universidade, nesse contexto, eu acho que é fortalecer justamente essas estruturas, que são estruturas intermediárias. Os ataques que vêm sendo feitos a esses órgãos de *expertise* - e o que isso significa? Isso significa um conhecimento voltado diretamente às políticas públicas, ou seja, voltado diretamente à aplicação na sociedade, agendas concretas. Então, quando a gente vê um desmonte do Ibama, do ICMBio, mas também do INPE, a gente viu o que aconteceu com o INPE, simplesmente por produzir dados sobre desmatamento. Então esse tipo de coisa eu acho que está no cerne dessa crise da *expertise*, que é essa camada intermediária entre ciência e política, é parecida com a crise que a gente está vivendo hoje a respeito de medicamentos sem eficácia, de ataques às vacinas... Eu acho que isso é uma questão bem mais profunda, que tem no nosso governante atual, um dos porta-vozes, um dos líderes desse movimento. Mas é um movimento que dissemina sua influência pela sociedade de uma maneira que tem capilaridade, de uma maneira profunda. Então eu acho que a gente tem que estar muito atento a isso e diante disso, voltando para pergunta sobre às universidades em particular, eu acho que elas têm uma grande responsabilidade em fortalecer essa relação entre o conhecimento e a sociedade, os formuladores de políticas públicas, as organizações da sociedade civil. Por isso que eu estou muito contente de estar aqui com vocês, representantes dessas organizações, que fazem essa luta, esse ativismo há muito tempo. E eu acho que a universidade não pode ficar apartada desse debate, apenas como aquela que produz o conhecimento, e aí os outros que se virem aí para aplicar. Claro que não é intenção de ninguém, mas a gente sabe que a torre de marfim da universidade funciona um pouco nesse sentido, o conhecimento tem as suas próprias regras, as suas próprias exigências também. E acaba que a gente se volta muito para dentro, para um certo academicismo. O objetivo então -- a gente está até criando um laboratório no Fórum de Ciência e Cultura chamado Conexões do Clima -- é conectar o conhecimento produzido na universidade à sociedade, às organizações da sociedade civil; tentando fortalecer justamente essas estruturas que eu chamo de estruturas intermediárias e que estão sob ataque nesse momento, diante de um movimento amplo que é a ascensão do conservadorismo que a gente chama de negacionismo.

Gabrielle Alves: Obrigada Tatiana, a ciência é essencial na busca pela verdade e a universidade pode fortalecer essa ponte com as organizações da sociedade civil e formuladores de políticas públicas.

E, considerando as tentativas de deslegitimação de dados e análises científicas por parte do governo federal, quais medidas poderiam ser adotadas para incentivar a adoção de políticas públicas pautadas em evidências científicas, sobretudo a níveis locais e estaduais?

Tatiana Roque: As políticas públicas pautadas em evidências científicas precisam também fazer sentido politicamente para as pessoas a quem elas se direcionam. Esse eu acho que isso está no cerne da *expertise* que eu to dizendo aqui, porque não se trata apenas de desenvolver políticas públicas que estejam corretas. Elas estão corretas. Mas muita gente inclusive está comentando aqui no chat, como a gente torna essas causas mais populares? Como a gente chega na população? E em todas as falas, na da Suely e da Adriana, tem sempre esse dado, esse apelo que é muito natural à mobilização da sociedade. A gente precisa mobilizar mais, a gente precisa pressionar mais, a gente precisa eleger governantes e legisladores mais comprometidos com essa causa. E em todas essas falas, têm uma variável que é o povo, que é a população, como que a gente faz com que essas urgências, que são embasadas, verdadeiras, com base científica, possam ser abraçadas por um contingente maior da população? E aqui eu vejo um desafio específico em chegar na população desorganizada, ou seja, não bastam os movimentos organizados mais. Eu acho que isso é uma coisa que a gente está vendo com esse avanço autoritário, que tem traços populistas, porque chega justamente nessas minorias que estão muito aguerridas e fazem parte dessa população desorganizada. Ou seja, a população que não se vê representada por movimentos sociais, por partidos políticos, nem por organizações da sociedade civil. Como a gente faz para chegar nos desorganizados? Então eu acho que isso é um desafio, fazer com que essas agendas fundamentadas em dados e evidências, não sejam levadas ao conjunto da população apenas como necessárias porque são verdadeiras. Eu acho que esse não é um bom uso da verdade, porque a verdade não se sustenta sozinha, ela precisa também de estruturas políticas que façam com que ela tenha sentido. Então a gente tá vivendo, eu acho, um debate muito intenso sobre verdade, sobre pós-verdade, que eu acho que é um debate que envolve necessariamente ciência e política juntas. Você não pode separar essas duas coisas. E durante muito tempo, eu acho, o discurso de políticas baseadas em evidências se utilizou de uma concepção sobre a ciência que era muito unidirecional, é como se fosse assim, “essa política é baseada em evidências, logo ela é baseada em verdades, logo todo mundo tem que aceitar”. E o que a gente está vendo hoje é um grupo aguerrido de pessoas dizendo “não, nós não aceitamos, e aí?”. Aí a gente diz vocês são ignorantes, vocês têm que estudar mais, vocês não conhecem a ciência. Eles vão

dizer “tá, e daí?” Então eu acho que a gente precisa lidar com esse problema. Esse não é um problema simples de lidar, mas a gente também não vai lidar defendendo as verdades científicas aos moldes como a gente vem defendendo até aqui. Eu acho que tem uma questão sobre a relação entre ciência e política, que diz desrespeito a alguns impasses que a gente vive na nossa democracia. Porque a democracia, ela precisa dessas instituições intermediárias. A gente está falando aqui de todos esses órgãos, essas autarquias, elas fazem parte da democracia e, obviamente, a sua destruição faz parte dos ataques à democracia que a gente está vivendo agora. Mas a gente, então, defende sim esses órgãos intermediários entre o conhecimento científico, as políticas públicas e a população. Mas a gente precisa defender com argumentos democráticos, que façam sentido para a maioria da população, para o povo e para as massas.

Gabrielle Alves: Obrigada Tatiana, adaptar a linguagem científica e política é um desafio para que haja uma maior participação da sociedade civil no combate às fake news, o negacionismo, em todo esse contexto que a gente tem vivido.

O que pode ser feito para ampliar o conhecimento dos brasileiros e brasileiras sobre a relação entre ciência e política? Neste contexto, como facilitar a criação de 'ativistas ambientais' que se mobilizem para fazer frente às políticas de destruição ambiental promovidas pelo governo federal?

Tatiana Roque: Então, sobre as políticas de combate à destruição ambiental, a questão da regulação das leis, eu acho que tudo já foi dito pela Adriana e pela Suely. Eu concordo, apoio e acho que a gente tem que reforçar realmente essas políticas que o Brasil já tem na verdade e que estão sendo destruídas pelo atual governo. Então concordo absolutamente, e gostaria de acrescentar propostas justamente a partir desse diagnóstico que eu fiz aqui, de que as evidências, os fatos, eles parecem que já não são mais suficientes para que essas políticas sejam abraçadas por um número grande de pessoas. Então eu acho que para isso a gente precisa popularizar e divulgar melhor o conhecimento científico. Também é preciso popularizar as decisões feitas a partir desse conhecimento científico. Porque aí eu acho que existe um senso comum que eu vejo bastante expandido nos fóruns, inclusive nos fóruns internacionais sobre o clima, sobre as questões ambientais, mas principalmente sobre o clima, existe uma visão de que esta passagem é automática -- de que a ciência baseada em evidências e muito bem explicado clara, ela vai automaticamente convencer os tomadores de decisão. Mas quem são os tomadores de decisão? Os tomadores de decisão não podem ser só os grandes representantes, os atores, os

articuladores, os tomadores de decisão precisam também se inserir de uma forma mais democrática, precisa ter uma participação maior da sociedade. Diante disso, eu acho que uma experiência que eu tenho acompanhado, que eu acho muito bem sucedida, não pelos seus resultados, isso não importa, mas pela participação que ela está promovendo do conjunto da sociedade é a Convenção Cidadã Pelo Clima na França. Nem estou falando dos resultados. No Congresso estão tentando derrubar tudo da lei do Clima que foi decidida pela Convenção Cidadã. Mas essa convenção é manchete todos os dias em todos os jornais da França, está envolvendo as pessoas, está chegando na sociedade. Foram 150 pessoas escolhidas por sorteio para participar na elaboração cidadã de uma lei sobre o clima, isso não é pouca coisa. Tudo bem, que tem o Macron que é problemático, que vai colocar problemas, mas eu estou falando mais do ponto de vista da forma como essa agenda está chegando no conjunto da sociedade, a partir da criação de um Fórum Cidadão de decisões. Então, não são mais os representantes, os articuladores, nem os cientistas, é um lugar onde todos esses atores e atrizes, conseguem se reunir para uma tomada de decisão mais participativa. E essa é uma tendência cada vez maior em assuntos que envolvem a ciência e o conjunto da sociedade, o impacto direto no conjunto da sociedade, que diz respeito às questões ambientais, ao clima, mas também a agrotóxicos, transgênicos, por exemplo. Hoje são muitas as questões científicas que têm um impacto direto na sociedade e que a sociedade quer participar das decisões, da elaboração das políticas públicas. Então eu acho que para isso a gente precisa tornar esses fóruns de decisão mais democráticos. Esse ponto de vista dos tomadores de decisão, eu acho que é uma fraqueza de uma parte do ativismo climático, ambiental também, mas eu acho que no ambiental tem uma outra cultura, eu acho que é mais do clima, realmente, vejo isso muito presente nos discursos que saem das conferências do clima. Existe um certo cientificismo, que seria uma passagem direta para os tomadores de decisão. Então eu acho que a gente precisa, sobretudo, democratizar esses fóruns de decisão e de participação que isso já estimularia a participação social. E, para concluir, é preciso fazer a tradução dessas agendas em agendas que não sejam apenas de regulação, mas sim de saídas concretas para os problemas cotidianos, que eu sei que a gente já tem, mas as pessoas precisam saber disso. Como a agenda ambiental e climática se traduz em políticas de geração de renda, de direitos, de combate ao racismo etc? Tudo isso já existe, mas como fazer com que isso chegue nas pessoas? Eu acho que essa é uma questão que a gente precisa encarar também.

Gabrielle Alves: Obrigada Tatiana, é muito importante que a ciência esteja aliada aos processos democráticos,

que só também são possíveis com devido acesso à informação e transparência para todos.

Perguntas do Público

Maíra Azevedo: Bom dia! Maravilha esse encontro. Sobre essa questão de fortalecer as denúncias, um desafio maior para as comunidades é acompanhar os processos. Como isso pode ser fortalecido?

Silvia Franz Marcuzzo: Gente, diante de tantas desgraças... o que se pode fazer para fortalecer o ânimo, a garra, de quem trabalha nesse ambiente de tantos retrocessos? Onde vocês conseguem saúde mental para seguir na luta?

Respostas dos Palestrantes

Adriana Ramos: Em primeiro lugar, essa questão sobre a litigância é muito séria porque a litigância virou realmente uma possibilidade e uma necessidade nesse momento que a gente está vivendo. Mas você entra com uma ação hoje, você leva 10 anos ou 15 anos, tendo que administrar e monitorar essa ação no judiciário. E a gente já viu ao longo da história organizações da sociedade civil tendo que pagar custos de processos em que elas se envolveram e que sequer tiveram capacidade de monitorar. Então eu acho que é fundamental buscar parceria com as instituições públicas, como o Ministério Público as clínicas jurídicas das universidades. Buscar essa conexão com outros grupos da sociedade que tem a possibilidade de dar esse apoio para que você possa dar sequência às ações judiciais, e que elas não virem um problema lá na frente, acho que esse é um ponto fundamental. Eu acho que é difícil dizer como é que a gente encontra a saúde mental, eu acho que nós do ISA temos essa fonte de inspiração, que é o trabalho com os povos indígenas e as comunidades tradicionais que estão aí na resiliência, resistindo às situações até piores do que essas que a gente tá vivendo. Eu acho que é isso, é no trabalho do dia a dia que a gente faz. É assim que a gente consegue consolidar ações e sustentar mudanças. Ver resultados concretos nos dá energia para respirar, resistir e acreditar que vai passar.

Suely Araújo: Eu acho que o importante é manter a esperança. É valorizar cada vitória, cada projeto de lei que iria flexibilizar uma legislação que você conseguiu afastar da pauta naquele dia. No dia seguinte você conseguiu mobilizar um grupo de jovens para parceria numa ação judicial. Eu acho que essa valorização a cada vitória para mim é muito importante. E, certamente, ganhamos algumas e perdemos muitas, mas eu acho que o olhar tem que ser não só de crítica ao atual governo. Com certeza precisamos manter o nosso posicionamento de crítica, mas também já ir desenhando perspectivas para o pós, para o depois do governo Bolsonaro. Porque eles vão passar, vão passar, e nós vamos reconstruir. Eu acho que o meu olhar, pelo

menos pessoal, é esse. Você não pode ficar só lamentando e criticando, tem que fazer isso e já pensar em como nós vamos reconstruir tudo isso, quando o governo for trocado por qualquer que seja o governo que venha. Eu acho que é difícil pensar em uma opção que seja pior do que a atual, em termos de política ambiental, de política climática e Direitos Humanos. Isso tudo não está restrito à questão ambiental, mas é importante entender que nós temos força para reconstruir. Precisamos já começar a debater isso, começar debater o que vamos fazer, pós-pandemia. O que vamos fazer na campanha eleitoral do ano que vem e no pós-campanha eleitoral. Eu acho que esse é o caminho. E sempre ter muita esperança de que vai melhorar. Nós vamos sair dessa.

Tatiana Roque: Eu acho que é fundamental realmente ter esperança, mas a gente assim não vai melhorar sozinho né? Esse cara está forte e eu acho que a gente não pode contar muito que ele vai sair assim tão fácil. Acho que a questão é essa, que esse governo não deixa espaço sequer para a gente divergir sobre os caminhos da mudança. A gente pode pensar que há mudanças, mas nesse governo não tem espaço sequer para isso. Então é necessário que realmente a gente tenha um outro governo mais democrático para que a gente possa até levar esse debate adiante, se não a plataforma exclusiva é a destruição e a desconstrução. E isso, eu não vejo no horizonte, ainda que isso esteja fraco a ponto de

cair sozinho. Eu acho que se não houver muita mobilização para mudar, construir frente, construir alianças para a gente combater esse tipo de autoritarismo desse governo, eu acho que a gente corre o risco de ter que enfrentá-lo ainda mais uns anos, o que seria uma destruição. Ainda que nossas estruturas sejam fortes, que a gente tenha muita gente aguerrida, mas a destruição se aprofundando cada vez mais fica mais difícil de desconstruir né? Alguém aqui lembrou da universidade, do fato de que em muitas universidades estão escolhendo interventores, pessoas que na lista ficaram em últimos lugares. Por enquanto eles estão fazendo isso em universidades menores um pouco mais afastadas dos grandes centros. Lá na UFRJ, ainda bem que foi escolhida a reitora que ganhou a eleição, mas eu duvido que isso se repita no próximo governo, se for esse aí. A gente vai ter interventor dentro das grandes universidades e aí acabou. Mesmo esses pequenos focos de resistência que a gente consegue fazer em algumas universidades, vai sendo tudo destruído. Então acho que precisamos estar muito atentos e fortes, mas tem luta pela frente.

Gabrielle Alves: Acredito que essa mesa tenha fornecido um panorama dos nossos desafios, como o aumento das capacidades da sociedade civil, de atores subnacionais, o aumento da transparência, a promoção da ciência acessível e o combate ao sucateamento dos nossos órgãos de fiscalização e das nossas universidades.

MESA 2 - “Reconstruindo com melhorias: o futuro da governança climática brasileira”

Moderação: Maiara Folly, Diretora de Programas da Plataforma CIPÓ;

Palestrantes:

- Natalie Unterstell, coordenadora do Política por Inteiro;
- Caio Borges, coordenador do Programa de Direito e Clima do Instituto para o Clima e a Sociedade (ICS);
- Danicley Saraiva de Aguiar, Campaigner Sênior do Greenpeace Brasil.

Quais deveriam ser as principais medidas a serem adotadas para permitir que a governança ambiental e climática brasileira possa ser reconstruída com melhorias?

Natalie Unterstell: Concordando com que a Tatiana Roque falou agora há pouco, a democracia precisa vencer para a gente poder virar a página dessa história que a gente tem agora, mas, por outro lado, governança tem vários caminhos possíveis. Um deles que eu gosto muito é a capacidade da própria sociedade determinar o seu destino em relação a uma série de condições. Eu acho que é isso que a gente, na verdade, precisa reativar, reconstruir. A nossa capacidade de determinar o destino como sociedade, e não com outro governo. Então quero falar um pouco desse médio-longo prazo, assumindo que a democracia vence no ano que vem e que a gente sai desse período tão obscuro. Congelamento da demarcação de terras indígenas, que está na nossa Constituição, e não foi concluída até hoje -- era pra ter sido concluída em 1994. A questão da regularização fundiária, ninguém quer destravar. As emissões, uma transição super lenta, em relação ao baixo carbono. Fomos lentamente dizendo que estava tudo bem, que tínhamos feito alguma coisa. Temos um problema sistêmico. Tem condições que são atinentes à governança que precisamos estruturar.

Mais democracia, mais direitos -- mais implementação, mais respeito -- e mais descarbonização. O ciclo de política pública, se a gente for pelo linear, é: você tem uma agenda, você vai para formulação e implementação, monitoramento e avaliação. Só que, em geral, em vários lugares do mundo, a capacidade da sociedade de interferir em participar desses processos é muito pequena. Os pontos de interação são muito limitados. Em geral, é uma coisa para sociedade quando é chamada para validar, não para negociar. Isso tem sido um problema, e mais ainda no momento atual por duas razões: uma delas é que a gente tem uma doutrina “Steve Bannon”, como já foi super bem ilustrado aqui pela Suely e pela Adriana. Quer dizer, de repente, não é só que se paralisa, mas se reseta mesmo o sistema. O governo acabou com todos os Conselhos. A maior parte foi arrasado com um Decreto, em abril de 2019. Mas o que ficou, ficou capenga, ficou ali escondido. Então acho que tem um processo necessário e que não é fácil, porque o nosso histórico aqui na pauta ambiental foram

poucos os momentos que a gente conseguiu fazer isso de construir ambientes que possam formar consenso. O Fundo Amazônia, por exemplo, é o grande problema. A Adriana falou um pouquinho dele mais cedo. O grande problema dele para o governo é que ele era paritário. Ele tinha uma câmara de sociedade civil, uma câmara para governos subnacionais e uma câmara de órgãos federais que, juntos, tinham que chegar a consenso, tinha uma configuração que forçava os atores a negociarem dentro dos seus grupos entre si. Então esse é o grande problema, o governo quer estrutura tipo que eles fizeram com o Ibama: desconfigura. Fica só o governo de dentro pautando o que tem que ser feito, passa na canetada e assim por diante. Eu acho que tá aí uma grande chave, porque não adianta a gente esperar resultados diferentes se o processo de fabricar, de fazer as nossas políticas, continuam sendo os mesmos. Um ponto essencial é esse de ter estruturas que possam formar consenso. Uma outra coisa que eu acho super importante de “democracia, direitos e descarbonização” é a questão da liderança executiva. A gente viu no período Lula que a grande contribuição dele foi criar uma instância lá na Presidência da República para trazer o ponto do desmatamento e fazer negociação política. Trazer coisa de Ciência Política junto deu certo, pelo menos por um tempo. As forças reformistas brigavam com as conservadoras para evoluir na questão, e, ao mesmo tempo, que a gente vê agora nesse atual governo o contrário. A gente não pode ficar à mercê, não é esse tipo de liderança que a gente precisa. Então precisamos garantir uma estrutura de governança que seja fundamentalmente aberta ao consenso.

Como você enxerga a aprovação da Lei 14.119/21 sobre o pagamento de serviços ambientais? Que papel a implementação desta legislação poderia ter para a “reconstrução com melhorias” da governança climática e ambiental brasileira?

Natalie Unterstell: Essa questão do pagamento por serviços ambientais é uma pauta muito antiga e que, na verdade, foi uma das condições colocadas na reforma do Código Florestal para que ele fosse aprovado do jeito que foi. Eu acredito que ele foi relaxado em relação ao que a gente tinha antes, e o que a gente teve antes do Código Florestal foi o que garantiu uma redução do desmatamento. Mas, de toda forma, o consenso que se

alcançou a época, em 2012, para se aprovar aquele Código novo era que fossem mantidas sementes, como a Reserva Legal para uma Área de Preservação Permanente (APP) e assim por diante, mas que também se trouxesse essa possibilidade de ter instrumentos de incentivo econômico. Trabalhar com instrumentos de comando e controle, mas também incentivos positivos. Infelizmente não aconteceu nada de novo entre 2012 a 2020. Não houve implementação na regulamentação do artigo 41. Isso criou uma série de problemas, inclusive para a gente poder avançar na agenda. A minha visão dessa lei, porque já que os governos executivos não fizeram aquilo que prometeram, não foram “accountable” às próprias negociações em que estavam envolvidos, o Congresso então traz um projeto de 2007, que foi se reformando, e que eu acho que é muito positivo. O projeto pode ter um efeito importante do ponto de vista da efetividade ambiental. O que me parece mais interessante dele é essa possibilidade de gente realinhar, trazer ruralistas e ambientalistas, povos indígenas, populações tradicionais, indústrias para o mesmo barco para fazer a implementação disso. Criar essas oportunidades. Eu realmente vejo a lei de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) como uma oportunidade de “recosturar” esse tecido. E eu acho que é muito importante que ela exista a partir de agora e que ela seja implementada. A gente precisa ficar de olho porque ela vai transcender os instrumentos de comando e controle. O que eu quero dizer é que ela não substitui a fiscalização de crimes ambientais. Ela também não permite que ninguém abandone, pelo contrário. Para você garantir que esses incentivos são justos, que eles estão sendo aplicados no lugar certo, na hora certa, você precisa de mais que fiscalização. O governo atual tem uma noção de que “ah, eu vou fazer PSA, daí eu posso deixar o Ibama mal das pernas. Eu posso fundir com ICMBio”. É o contrário. Talvez eles não tenham percebido, mas se você quiser fazer muito PSA, você vai ter que ter muito Ibama, muito ICMBio, vai ter que ter muitos órgãos estaduais funcionando bem. Eu realmente aposto nessas duas características. Agora vai depender exatamente dessa construção de agenda, que pode ser que seja até no curto prazo. Acho um pouco difícil, dadas as inclinações da falta de bom conhecimento do atual governo no tema, mas no médio prazo eu acho que é uma aposta muito interessante e muito positiva.

O que pode ser feito para tentar implementar a chamada "transição verde" no Brasil, inclusive em termos de uma matriz energética que priorize a adoção de fontes renováveis? Que papel as empresas do setor do petróleo e gás podem desempenhar nesta transição?

Natalie Unterstell: A gente precisa de um grande *boost* nas políticas climáticas brasileiras. O que a gente tem

hoje são agendas de mitigação, e não claramente uma agenda de transição. Para zerar as emissões já não era uma agenda de transição para Baixo Carbono. O que precisa de fato é de uma agenda de transição. A gente por ter uma participação tão alta do desmatamento nas nossas emissões, os setores por exemplo de energia elétrica, transporte, etc ficaram de certa forma protegidos porque a gente só fala, ou falava, de desmatamento, que na verdade não contribui em nada para o PIB. O mundo virou de cabeça para baixo quase nesse momento, e o que a gente está vendo é que esses segmentos precisam e vão ter que também se alinhar. E aí o desafio aqui é que os governos vão ter que fazer coisas nesse sentido também. Vão ter que investir pesadamente em estratégias que vão permitir também reduzir o custo político dessas ações de transição. Eu quero destacar algumas coisas que acho que vão nesse sentido. Primeiro em relação à energia: o setor de energia funciona com planejamento de médio e longo prazo. Então a gente tem agora o Plano Nacional de Energia (PNE) para 2050, por exemplo. Ele fala de várias coisas e fala de transição. Fala inclusive do descomissionamento do carvão mineral no sul do Brasil. Isso é super relevante porque, apesar do carvão não ser uma parte muito significativa da nossa matriz, é onde a gente vai ter que também lidar com o problema. Tem 6 mil pessoas que trabalham no carvão hoje, você tem economias de vários municípios dependendo dele, então eu acho super importante que se fale e se coloque já no Planejamento Nacional esse tipo de coisa, assim como adaptação das hidrelétricas. Ou então a gente para de construir novas hidrelétricas nas regiões onde cenários climáticos projetam uma redução de vazão, redução de chuvas para os próximos anos. Tem todas as questões que estão colocadas na nossa transição, e aí particularmente tentando responder o que você falou sobre as empresas de petróleo e gás ninguém quer cortar na carne, né, ninguém quer chegar e falar: “eu me comprometo a deixar de existir.” Se a gente olhar o setor econômico, é muito difícil, mas as empresas, por exemplo a Shell e outras desse segmento, começaram já a se redirecionar para investimentos em outros componentes, seja biocombustíveis, seja solar, sejam outros tipos de renováveis. Já sacaram que essa movimentação vai ter que colar, porque o investimento está rolando e ele só vai acelerar, e o quanto antes se planejarem melhor. Eu acho que elas estão se movimentando. E é claro que tem um risco de *greenwashing* gigantesco aqui, mas, ao mesmo tempo, é uma questão financeira e sabem que o petróleo é indústria que tá morrendo, portanto o quanto antes eles saírem, eles se saem melhores. Aqui no Brasil, essa movimentação é um pouco diferente. Essas empresas que eu citei, por exemplo, falam do Brasil como um país onde elas têm um campo de transição para elas, elas vêem as oportunidades nas renováveis. Mas o nosso

“grande elefante na sala” é a Petrobras, que até as últimas declarações de presidentes eram que assim “Ah, esse negócio é uma moda, a gente aqui deste lado do Atlântico pensa diferente e vamos continuar apostando o que der, vamos até a última gota que a gente puder explorar”. E obviamente isso não é bom para ninguém, não é bom para nós como cidadãos, não é bom para gente como pagador, como contribuinte, porque a gente hoje coloca por ano 90 bilhões de reais de subsídios nessa indústria. A gente coloca 90 bilhões por ano e significa que em, 12 anos, a gente entrega o que a gente economizou, por exemplo, para reforma da Previdência em termos de orçamentos, em termos de gasto público. Então é uma conta absolutamente ruim para a sociedade brasileira, que deveria estar discutindo esse assunto, mas não permeia a conversa política da forma adequada, não permeia nenhum partido de esquerda, nem de direita. A gente vê lideranças super importantes, que ao se pronunciarem sobre essa matéria e falam ainda do futuro como se futuro fosse um futuro com petróleo e com pré-sal. Só que esse futuro vai ser muito curto, e aí no máximo 10-20 anos em que a gente ainda vai ter um uso de petróleo, inclusive para petroquímica do que para extração. Então está no cerne da discussão de que país a gente quer ser até o final desse século, até metade deste século. A gente precisa fazer uma discussão do que será essa transição do setor de petróleo e gás. E não é que o setor não saiba, mas hoje as empresas estrangeiras estão tendo que mostrar serviço para os seus contribuintes, enquanto aqui no Brasil acho que essa conversa ainda está muito blindada pela questão trabalhista. Mas como eu falei antes, em relação ao carvão, essa questão trabalhista é uma oportunidade de pensar até em reverter, converter os subsídios para poder fazer recolocação para poder pensar em novas indústrias. É isso que está sendo pensado lá em Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o carvão, em uma nova forma, uma nova economia. Então a gente tem que fazer realmente uma transformação planejada. E é isso que eu gostaria, que a gente pudesse fazer uma política de transição com “barba, cabelo e bigode”, seja falando de emprego, seja falando de requalificação profissional e educação. Espero que a gente possa chegar lá. E a gente só vai chegar lá se a gente puder ter algum tipo de coordenação desse tipo de política climática na Presidência da República. Essa é uma demanda muito antiga e que, na verdade, tem que criar o espaço. E daí eu acho que se conecta com a primeira questão, que a gente falou antes sobre uma governança que coloque as forças reformistas, conservadoras e etc para conversar.

Como você avalia o desempenho do Poder Judiciário no combate e prevenção dos crimes ambientais no Brasil? Que medidas deveriam ser adotadas para fortalecer este desempenho?

Caio Borges: Eu começo lembrando de um dado que veio de uma pesquisa do Imazon de um tempo atrás, que dizia que 86% dos crimes ambientais permaneciam impunes. Então assim como outras espécies de crimes no Brasil, a gente sabe que o índice de resolução e punição efetiva dos criadores desse crime é muito baixa. Então isso é um problema sistêmico, estrutural do Brasil, que tem no Judiciário um dos seus gargalos. Não começa e nem termina no noticiário, mas sem dúvida, o Judiciário pode desempenhar um papel na redução desse alto índice de impunidade em relação a crimes ambientais. Tem vários aspectos que a gente poderia pensar, mudanças no nível legal, mudanças que vão além do Judiciário. O sistema de justiça como um todo, pensando os atores que provocam o Judiciário, tem tomado medidas que vão em direção a uma atuação mais estratégica. Trago um exemplo bem concreto do Ministério Público, principalmente Ministério Público Federal (MPF), que faz um trabalho muito importante enquanto agente fiscal da Lei em relação ao combate à criminalidade. O MPF, um tempo atrás, criou e promoveu algumas mudanças institucionais. Uma delas foi criar uma Força Tarefa específica, a Força-Tarefa Amazônia, um rearranjo institucional e de uma tecnologia organizacional que visa superar as dificuldades que a instituição tem para trazer uma atuação mais coordenada e mais estratégica no combate à criminalidade na Amazônia. Quando a gente busca entender o que foi que a FT Amazônia mudou na atuação do Ministério Público, ela trouxe uma nova forma de atuação. E essa atuação parte do seguinte princípio: o Ministério Público agia de maneira muito reativa, olhando pequenos crimes, respondendo aos estímulos que viam, por exemplo, das fiscalizações. Então não era uma atuação que se antecipava ao cometimento daqueles crimes, e nem buscava capturar padrões subjacentes a essa criminalidade. Foi com base neste diagnóstico que essa Força Tarefa foi criada. Quando a gente ouve os membros da Força Tarefa e analisa o trabalho que ela tem que desenvolvido, a gente percebe realmente que há uma mudança de padrão, uma atuação mais focada e menos reativa, menos pulverizada, menos concentrada em ilícitos de menor relevância, com penas mais baixas. A Força Tarefa foca em coisas que são mais ostensivas, visíveis ao olhar, para uma atuação mais panorâmica que vai se concentrar em áreas críticas, áreas estratégicas, crimes que são cometidos de maneira sistemática e repetida por meio de fraudes, por exemplo, a Planos de Manejos; e também olhando para áreas que têm sido mais vulneráveis, como as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação -- e também pensando que a criminalidade hoje também acaba sendo uma “profissão”. Essa profissionalização da conduta criminoso explica porque alguns agentes comentam ilícito em um lugar e depois eles vão repetir aquilo em outro lugar. Então é esse tipo de inteligência de atuação preventiva que eu acho que

vai fazer com que a Justiça responda de maneira mais adequada a esses desafios. Da mesma forma, outros órgãos, como a Advocacia Geral da União (AGU), também têm estabelecido unidades de inteligência. A AGU hoje conta também com um grupo de trabalho da Amazônia, que já aplicou mais de R\$ 700 milhões em multas, e também já tem mais de 230 processos, que totalizam uma área enorme também na Amazônia em relação a hectares. Da mesma forma, a Polícia Federal (PF) também tem feito um trabalho buscando essa maior inteligência. A gente viu recentemente uma operação de apreensão de madeira pela Polícia Federal resultado de operação conjunta da PF e do MPF, e o total da madeira apreendida supera 50 milhões de reais. A Justiça vai ser a receptora de tudo isso, então ela também precisa se readequar, promover mudanças internas, para que ela também atue de maneira mais inteligente. E quais são as medidas concretas que o Judiciário poderia tomar? Dividido em dois tipos de medidas: o primeiro são medidas jurídicas propriamente ditas, ou seja, o julgamento da substância do mérito desses casos. A Justiça precisa ser firme no julgamento dos responsáveis por crimes ambientais, precisa “apertar o cinto” em relação à jurisprudência. A gente teve recentemente uma mudança muito importante na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que entendeu que o instrumento utilizado para prática de crime ambiental deve-se apreender; ou seja, não pode ser devolvido, mesmo que não tenha sido utilizado na prática reiterada, como vinha sendo a interpretação histórica dos tribunais em relação aos instrumentos utilizados nos crimes. Então as balsas, os caminhões, as retroscavadeiras eram devolvidas e eram usadas novamente para ilícitos. Essa mudança de entendimento jurisprudencial é muito importante para a gente ter uma jurisprudência mais firme e menos permissiva. Da mesma forma, o Judiciário pode fazer a sua parte na contenção dos retrocessos, porque esses retrocessos, essas flexibilizações normativas abrem brechas para novos crimes. Um outro aspecto é em relação à política judiciária, ou seja, a organização do Judiciário, a capacidade do Judiciário de orientar o trabalho dos magistrados. Nesse sentido, a criação de varas especializadas é importante, que têm capacidade de julgar causas que envolvam meio ambiente e direito penal, dar prioridade ao julgamento dessas causas situadas em áreas mais críticas e mais relevantes, com maior valor. E também vale o Judiciário pensar em soluções extrajudiciais, como os acordos, as autocomposições, de maneira que não relativize os direitos, mas que esteja firme em relação ao cumprimento dessas causas. Então quando o Ministério Público firma, por exemplo, uma TAC da Carne, uma Moratória da Soja, se houver descumprimento dos termos desses acordos, o Judiciário precisa ser firme e rapidamente punir também quem violou as regras dessas soluções extrajudiciais.

Quais as perspectivas potenciais e limitações da litigância climática para a "reconstrução com melhorias" da governança climática e ambiental brasileira?

Caio Borges: A litigância climática é um novo tipo de litigância estratégica. No Brasil, ela tem ocorrido principalmente como um componente adicional a um tipo de litigância ambiental, que muitas organizações brasileiras já vêm fazendo há décadas e também de outros atores como, novamente, o Ministério Público ou mesmo a Defensoria Pública. A litigância climática busca, principalmente na sua modalidade mais direta, tornar exigíveis os compromissos que os países e as empresas assumem, e as obrigações jurídicas que esses atores também possuem. A litigância climática tem sido um instrumento de fortalecimento da governança ambiental, da governança climática. Os principais casos de litigância climática no mundo são testemunhas disso, porque são casos que visaram sobretudo evitar que os governos dessem passos para trás dos compromissos assumidos. Indiretamente, a litigância climática está fortalecendo a governança doméstica e a governança internacional do clima, que é uma governança policêntrica. Porque se o país assume o compromisso perante a comunidade internacional, mas a comunidade ainda se ressentida dos mecanismos de implementação e de exigibilidade desses compromissos, os tribunais domésticos podem preencher uma parte -- não tudo, porque nem tudo se resolve no Direito; a política também é importante nesse sentido -- mas pelo menos uma parte desses *gaps* dos mecanismos de implementação desses compromissos climáticos. No Brasil a gente tem visto isso de maneira muito clara com algumas ações que foram propostas recentemente, ações que, por exemplo, visam retomar a governança e a operacionalidade do Fundo Clima e do Fundo Amazônia. São ações que relatam, como a Natalie colocou, os prejuízos trazidos pela desativação desses órgãos de governança, sobre como a desativação desses órgãos têm tornado esses instrumentos ineficazes e inoperantes. E mesmo quando existe uma retomada dessa governança, ela não se dá de uma maneira inclusiva e participativa. E aí outras ações que tocam na questão climática --porque repercutem direta ou indiretamente na questão climática-- também trazem esse componente da governança. A gente pode mencionar aqui a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 623 em face do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), sobre sua composição, e também as ADPFs 748 e 749, que trataram da revogação das medidas a sobre da resolução do CONAMA, sobre restrição, sobre proteção de manguezais e também sobre queima de resíduos tóxicos. O bojo daquela discussão é: Pode o governo mudar

composição de maneira unilateral desses órgãos que definem a agenda e as normas ambientais do Brasil? Essa é a questão posta na ADPF 623. E na 748: Pode o governo adotar medidas que eliminam do nosso arcabouço regras que foram construídas quando havia esse órgão participativo, construído de maneira legítima? Eu diria que o Judiciário acaba tendo diante de si uma responsabilidade muito grande. Não diminuo o desafio que está posto diante do Supremo, dos outros órgãos da Justiça nesse momento, porque é muito claro que a gente hoje enfrenta um déficit de representatividade. Há um déficit de participação no âmbito do Executivo, que parte é preenchido pelos canais democráticos do Legislativo, mas que também o Judiciário está tendo que sanar um pouco desse déficit. Então quando você tem uma ação como a ADPF 760, que busca restaurar a efetividade do PPCDam (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), essa ação busca retomar um órgão que também foi constituído no âmbito de uma governança que foi desenhada e implementada, e que hoje vem sendo desmantelado. Ali naquela ação o Judiciário ele é instado a estabelecer mecanismos de transparência para que a sociedade tenha acesso às informações sobre a implementação do PPCDam, e também mecanismos de governança e participação com a constituição de um comitê técnico-científico e social para reportar ao Judiciário sobre a implementação dessa política. O Judiciário hoje, de fato, está sendo chamado a preencher um pouco desse vazio deixado pela mudança na orientação da política climática do Brasil.

Qual seria o potencial impacto para a redução do desmatamento na Amazônia das recentes propostas legislativas em países como os EUA, o Reino Unido e da União Europeia voltadas à prevenção do desmatamento nas cadeias globais de suprimento?

Caio Borges: Algumas jurisdições já possuem legislações nesse sentido. O que eu acho importante pontuar nessa discussão é que as consequências e as repercussões desse tipo de legislação foram pensados para produzir efeitos extraterritoriais. Então é um começo de conversa dizer que essa legislação foi pensada para moldar o comportamento dos agentes econômicos e corporativos para além das fronteiras desses países. É a natureza desse tipo de regra. E lutar contra isso eu diria que é uma batalha que não está consoante com tipo de governança global que a gente tem hoje, e que legislações domésticas podem produzir efeitos para além dos territórios daquele país. É lógico que tem uma série de questões que podem ser trazidas de como essas legislações devem ser desenhadas e implementadas, e acho que aí é que tá o cerne da discussão. A primeira questão a ser pontuadas é que essas leis diferem bastante entre si. Não há um único tipo de legislação

sobre rastreamento de commodities nas cadeias globais de suprimentos. Algumas legislações são mais focadas, são voltadas para produtos específicos. Então as regulações sobre madeira da União Europeia, por exemplo, são focadas em um tipo de produto, que é a madeira. Já outras legislações, como o dever de vigilância da França, não faz esse tipo de especificação de qual é o setor, a indústria, o produto florestal que vai ser objeto dessa diligência. Independentemente do escopo e da abrangência dessas legislações, elas criam um dever que as empresas tenham que ser diligentes em relação à maneira como compram e comercializam produtos florestais de commodities. O escopo dessas diligências também varia muito de lei para lei. Algumas legislações inclusive nem obrigam a ter uma diligência, mas só um dever de transparência em relação, por exemplo, à lista dos fornecedores, ou menos que isso, só um relatório periódico em que a empresa mesmo relata se ela tem ou não tem algum tipo de problema nessas cadeias. Então isso tudo só para ilustrar como existe uma diversidade jurídica enorme dessas legislações. Elas são muito diferentes entre si. O que está sendo discutido na Alemanha é muito diferente do que está sendo discutido na Finlândia, no Reino Unido, na Europa e possivelmente o que vai vir aí nos Estados Unidos com a proposta que foi recém anunciada. O que é mais importante, independentemente do desenho, é que a gente tem que talvez tentar chegar num acordo sobre quais são os elementos mínimos de uma boa legislação de diligência na cadeia de suprimentos. São vários requisitos. Eu só pontuo alguns que, na minha visão, são essenciais. Primeiro: Ambos os governos -- o governo do país que editou a norma e o governo do país produtor -- eles devem cooperar entre si para possibilitar o monitoramento eficaz dessa legislação. As leis de transparência de diligência que deixaram tudo na mão do consumidor e do mercado não funcionaram, porque não é possível substituir essa prerrogativa ou essa competência e essa atribuição do governo para a sociedade civil. É lógico que a sociedade civil e o mercado têm uma função fiscalizadora, de disciplina de mercado, mas não pode ser “e” ou “ou”, como a Lei de Escravidão Contemporânea do Reino Unido fez. Segundo aspecto: Tem que ter mecanismo de *enforcement*. Tem que ter mecanismo que possa punir aqueles que estão em desconformidade com essas legislações. E para isso é preciso ter canais de reclamação, de denúncia e de adjudicação para aquelas partes que se sintam afetadas pelo descumprimento ou que estejam com evidências claras de que há um descumprimento por parte dos atores. É preciso haver uma base de dados pública, acessível, em que todos saibam o estado do cumprimento desta lei, e eu acho que essa competência deveria ser primordialmente dos governos. Não deixar isso para a sociedade civil, porque são capacidades distintas. E, por fim, é muito importante

que essas legislações não gerem incentivos negativos. Algumas legislações dizem que a diligência é isenta de responsabilidade. Eu acho que isso não deve acontecer. Você pode ter uma forma de calibrar, de forma que quem esteja genuinamente buscando cumprir com a lei tenha talvez uma redução de algum tipo de penalidade, mas jamais uma limitação.

Quais deveriam ser os principais elementos de uma estratégia de longo prazo para fortalecer a prevenção dos crimes ambientais na Amazônia?

Danicley de Aguiar: Olhando a longo prazo, tem duas questões que são fundamentais em relação a prevenção de crimes ambientais na Amazônia. Uma é a reestruturação e a outra é a integração. Reestruturação porque os órgãos de proteção ambiental -- sejam os estaduais ou os federais -- estão completamente desmontados. Temos uma situação dramática, seja nas Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, seja nas Municipais, e no Ibama e ICMBio também. A situação do Ibama é impressionante. Nos últimos 10 anos, o Ibama perdeu aproximadamente 50-55% do seu número de fiscais. Hoje conta com pouco mais de 590 fiscais no país inteiro. Esse é o menor número da história desde que se criou o Ibama. O órgão deveria dispor hoje de, pelo menos, 1700 fiscais para dar conta de sua missão legal. E essa não é a realidade que a gente tem. E se você fizer essa análise para a FUNAI, a situação fica ainda mais desesperadora. Aqui no Pará temos pouquíssimos fiscais para um estado desse tamanho, gigantesco. Reestruturar estes órgãos é fundamental. A Polícia Federal também passa pelo mesmo problema em relação ao número de peritos e delegados. Reestruturar estes órgãos que têm atuação direta ou indireta é uma questão primária. Também tem a discussão da integração. É fundamental a gente juntar esforços. Já fizemos isso em outros momentos. Já houve uma integração maior entre a PF, o Ibama, o ICMBio, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e os órgãos de comando e controle dos Estados. Essa integração é crucial. Precisamos compreender que não estamos enfrentando o crime ambiental que enfrentávamos nos anos 60 e 70. O crime ambiental hoje na Amazônia está muito vinculado ao crime organizado. Um exemplo clássico disso é a Operação Enterprise, que prendeu um piloto do tráfico internacional de drogas, e quando foram levantar a ficha do sujeito, descobriu-se que ele tinha permissões de lavra garimpeira no município de Jacareacanga e que tinha relação com a exploração ilegal de ouro na região. Tem a situação desesperadora do avanço do garimpo, que tem se estabelecido de forma absurda nas terras do povo Mundurucu, dos Kayapó, dos Yanomami. E infelizmente não vemos uma ação integrada de todas as forças no combate para construir essa discussão. É preciso pensar, ainda, em política fundiária, que reforce

a produção familiar, que inviabilize a grilagem na região. Além disso, disputar a mídia. A gente está perdendo essa discussão dentro da Amazônia. O trabalho do Ibama tem sido visto como errado, o certo é ser garimpeiro, ser grileiro. Precisamos disputar o imaginário da sociedade amazônica nesse sentido.

Você defende a importância da criação de um plano de médio-longo prazo de ciência e tecnologia para a região amazônica. Quais deveriam ser as prioridades de tal plano e qual seu potencial impacto para redução de crimes ambientais?

Danicley de Aguiar: Na verdade, o que eu defendo já existe, que é o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia (PCTI Amazônia). Foi construído, elaborado e discutido em 2012. Nós já deveríamos estar no 2º ciclo de implementação desse Plano. O que percebemos é um verdadeiro apagão. Se você fizer uma consulta ao Ministério de Ciência e Tecnologia para saber se a Amazônia tem um plano, ele não sabe te responder e te manda falar com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). É mais fácil você achar esse Plano no Google do que achar pela Lei de Acesso à Informação. A grande discussão é qual o foco desse plano. Precisamos ter uma discussão voltada para o que a gente já abriu. Já temos pelo menos 70 milhões de hectares abertos na Amazônia. Metade disso está abandonado. No Brasil são 140 milhões de hectares de terra degradada. Temos que discutir, com ciência e com política, o que será feito com esses hectares todos de terra. O bom uso dessas áreas, a adoção de arranjos produtivos muito mais eficientes para essas áreas limitaria, naturalmente, a integração de novas áreas de floresta ao processo de produção agrícola. Ter uma boa política agrícola já é um grande passo para fortalecer a política ambiental. Ainda falhamos nesse aspecto, porque embora tenhamos segmentos da economia agrícola com setores altamente tecnológicos, eficientes e produtivos, essa não é uma realidade de todo o setor rural brasileiro. O outro ponto é ter a ciência e tecnologia voltadas para o uso da floresta, garantindo um uso sustentável de todo o potencial proporcionado pela biodiversidade da Amazônia. Ainda tem muito espaço para avançar em termos de produtividade, na produção de mandioca, na pecuária, entre outros. O problema é que o movimento que a gente vê no Brasil está na contramão. Estamos perdendo recurso ao invés de ganhar. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostraram que, em 2013, o Brasil dispunha de R\$2,5 bilhões para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Em 2018, caiu para \$266 milhões de reais. É perigosa essa curva descendente e isso compromete o futuro da conservação da Amazônia, sobretudo. Tem uma série de exemplos sobre essa questão. Mas é fundamental que a sociedade amazônica e brasileira se apropriem do Plano,

que a gente exija participação nesse processo. Do contrário, ficaremos daqui assistindo de muito longe.

Qual o potencial da bioeconomia na promoção do desenvolvimento sustentável da região amazônica e o que pode ser feito para implementá-la em maior escala e com a participação efetiva de povos indígenas e comunidades tradicionais?

Danicley de Aguiar: Esse é um debate que eu faço com todo o cuidado, porque, na minha avaliação, é um conceito em disputa. Em um debate mais amplo, ele tem se estabelecido e sido utilizado para reposicionar o capitalismo diante da profunda crise ecológica que a gente vive. E, nesses termos, o desenvolvimento da bioeconomia só tende a reforçar as desigualdades sociais e regionais, fortalecer o latifúndio e pressionar áreas protegidas. A sociedade civil precisa exigir um debate um pouco mais preciso. Alguns colegas defendem inclusive que o termo está equivocado, que deveria ser “biosocioeconomia.” Mas o fato é que é um conceito em disputa e precisa ser balizado sobretudo garantindo a participação da sociedade civil nesse debate. Compreender a bioeconomia como uma oportunidade para a gente colocar de pé um outro modelo talvez seja o melhor caminho. A gente precisa trocar essa economia da destruição por outra coisa melhor. Levar em consideração que a biodiversidade na Amazônia não está numa prateleira que você pega e leva; existem guardiões dessa biodiversidade. É preciso respeitar esses guardiões, esses saberes, essas práticas e isso parece que vem passando à margem do debate da bioeconomia. O próprio Ministério da Agricultura reforça o debate dessa forma. Então fortalecer instrumentos públicos, políticas públicas já existentes, como o Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que são instrumentos que valorizam e corroboram as cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Sem isso, a gente vai cair na armadilha de ter um conceito a ser dominado por grandes empresas e que não vai colaborar para a construção de um novo ambiente econômico que consiga se harmonizar com a floresta. Nosso grande problema é ter uma economia da destruição, onde a floresta é um problema e deve ser superado. O grande desafio colocado para nós é que é impossível construir essa nova economia sem solidariedade, sem conceber o abismo que se apresenta na desigualdade de renda do Norte do país. Uma nova economia, capaz de romper com o latifúndio, capaz de proteger a floresta, é o desafio colocado para nós. Não é um debate que deva ser feito só pelo setor industrial ou só pela ciência e tecnologia. Esse debate tem que estar nas comunidades, sejam elas

as comunidades tradicionais, as do campesinato e as aldeias indígenas.

Perguntas do público

Tatiana Roque: Caberia manter o agronegócio só que com mais uso da ciência e tecnologia?

Talita Pessoa: Concordo sobre o ponto do agronegócio, até porque é uma parte principal da nossa pauta de exportações - como pressionar por maior sustentabilidade e produtividade?

Julia Espescht: A governança que existia com a CNODS (Comissões Nacionais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) era um caminho que poderia ter logrado êxito se não tivesse sido descontinuado?

Gabriel Ribeiro: Como vocês enxergam políticas de governança privada como a Moratória da Soja ou standards como a Round Table on Responsible Soy Association (RTRS) ou ProTerra. Seriam boas medidas para frear irresponsabilidades de governos locais?

Respostas dos Palestrantes

Danicley Aguiar: Essas iniciativas de mercado, como a Moratória da Soja, são importantes, sem dúvida nenhuma. Mas elas não resolvem sozinhas. Se elas vierem agregadas com questões estruturantes, a gente vai ficar aqui num debate como “ah, o mercado resolve tudo”. O mercado não faz reforma agrária. Não podemos ficar convivendo com latifúndio *ad infinitum*. Nossa política atual reforça o latifúndio. É compreensível que o Brasil, nos últimos 30 anos, tenha buscado como solução para sua crise econômica o mercado externo de commodities? Sim. Mas isso não quer dizer que seja a solução ideal e final. Temos um mercado interno gigantesco que é quase inacessível. Tem outros caminhos que não são esse de reforçar a incorporação do Brasil como um todo ao mercado global de commodities. E a inserção da Amazônia nisso coloca a maior pressão sobre a região. Temos que discutir a estrutura fundiária, a universalização da assessoria técnica para agricultores familiares e comunidades tradicionais. Temos que ter iniciativas de contenção. O crédito rural tem que ser na lógica da descarbonização. Não dá mais para financiar agricultura de alto carbono.

Natalie Unterstell: Alguém colocou uma pergunta sobre as Comissões relacionadas aos ODS, se tivesse continuado seria diferente, etc. Sem entrar no mérito daquela modelagem ali, mas eu acho que a gente sempre está internalizando coisas que vem da ONU, que a gente quer participar, que a gente quer ser adicionado ao debate. É óbvio que a gente tem que continuar fazendo isso, mas a gente precisa enfrentar os problemas nacionais mais de frente. Eu queria que a gente colocasse muita atenção na regularização fundiária, que tivesse debates verdadeiro sobre

mineração em terra indígena, sobre acabar com o desmatamento, sobre descarbonizar a agricultura. É para isso que a gente precisa de espaço, é para isso que a gente tem que colocar prioridade. Então acho que também tem uma coisa que não é sair inventando, recriando comissões no futuro, colocando tudo como se o problema fosse ter espaço. A questão é ter espaço para quê? Qual discussão que a gente quer fazer? Qual a prioridade que a gente tem como sociedade para resolver? Eu acho que a gente tem problemas do século 17, 18, 19, 20, 21 e 22 para gente tratar. Precisamos de energia para isso. Então o meu chamado aqui, mais do que defender um modelo ou outro, é que a gente possa priorizar e que a gente possa ter espaços que sejam espaços para formar consenso. Não entrar em embates, mas para fazer isso. Sobre a pergunta da Tatiana -- que eu acho super importante -- tem toda uma questão de que o mercado internacional vai continuar mandando muito na nossa agricultura, na nossa pecuária por anos e anos a frente, mas os desafios climáticos já estão pegando. Na Política por Inteiro a gente acompanha os pedidos de estados de calamidades, estados de situação de emergência, são sempre associadas a regiões produtoras, agrícolas. Então esse pessoal também está sendo vítima das suas próprias emissões, das suas próprias externalidades. Eu acho que o ponto aqui é se a gente pode ou não manter, deveria ou não manter... Ora, mantido estará, mas a transformação vai ter que acontecer pelo bem deles [do agronegócio], é de interesse deles mesmos fazer esse tipo de transformação, esse tipo de transição. Vale lembrar que o pessoal na Ásia já tá fazendo, se olhar, por exemplo, na Tailândia, os produtores de arroz já estão usando ciência e tecnologia de ponta, mas para ajudar as comunidades lá a se adaptarem a avançarem em modelos mais produtivos.

Caio Borges: Vou responder à pergunta da governança privada. Acho até que a Adriana já antecipou um pouco da minha resposta no chat. Eu acho que governança privada sem uma governança pública não tem a capacidade de se auto implementar. Diversos estudos, diversas experiências em diversos tipos de cadeias já demonstram que uma governança exclusivamente privada não tem os mecanismos necessários para gerar todos os incentivos e regular o comportamento dos agentes. Eu não acredito que a regulação privada se substitua a uma regulação pública. Acho que você pode ter padrões privados de conduta e códigos e compromissos voluntários, mas eles têm que ter também uma capacidade do Poder Público de fazer cumprir esses compromissos. Essas duas governanças devem dialogar, porque a gente tem essas experiências em relação à não só o tema que a gente está tratando, mas quando a gente se expande também para trabalho escravo e cadeias de suprimento, quando a gente passa

para minerais em conflitos em zonas de conflito e como foi que esse problema foi endereçado, a gente vê que não é possível ao mercado por si só absorver toda a demanda -- que é necessária para que esses comportamentos se alterem. Eu realmente acho que tem que haver um diálogo, e um fator importante é que boa parte desses padrões privados dependem também, em alguma medida, de sinalizações de informações do poder público. É inato, por exemplo, que uma lista suja do trabalho escravo, que é implementada como referencial de gerenciamento de risco pelo setor privado, dependa das fiscalizações que só o poder público pode fazer. Ou o encargo que vai recair sobre a parte privada é tão alto que vai ficar proibitivo economicamente estar em *compliance* com aquele próprio compromisso. Então o resultado vai ser um descompromisso, uma desconformidade por pura incapacidade de se substituir o Estado na fiscalização e monitoramento das obrigações que esse compromisso tenha.

Sobre a CIPÓ

A Plataforma CIPÓ é um instituto de pesquisa independente liderado por mulheres e dedicado a questões de clima, governança e paz na América Latina e no Caribe e no resto do Sul Global.

A CIPÓ apoia governos locais e nacionais, organizações internacionais e entidades da sociedade civil e da iniciativa privada a desenvolver respostas eficazes aos desafios emergentes do Antropoceno.

Relatório elaborado por: Adriana Erthal Abdenur, Arthur Vieira, Gabrielle Alves, Luísa Falcão e Maiara Folly.

Entre em contato

 Twitter e Instagram: @PlataformaCIPO

 Facebook e LinkedIn: Plataforma CIPÓ

 Email: contato@plataformacipo.org

 www.plataformacipo.org

Foto de Capa: Felipe Werneck/Ibama